

Nota Explicativa

COVID-19

Moratória do Estado para Crédito Empresas

Novas Medidas de Adesão a partir de 01 de janeiro de 2021

Moratória do Estado para Crédito Empresas

Enquadramento

O Decreto-Lei n.º 107/2020 ([Decreto-Lei n.º 107/2020 - Diário da República n.º 253/2020, Série I de 2020-12-31](#)) vem alterar o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março na sua versão consolidada que estabelece um conjunto de medidas excecionais de apoio e proteção dos créditos das:

- ✓ empresas,
- ✓ instituições particulares de solidariedade social,
- ✓ associações sem fins lucrativos,
- ✓ entidades da economia social,

Período de Novas Adesões à Moratória

A partir de 1 de janeiro de 2021 até ao dia **31 de março de 2021**.

Condições de Acesso e Elegibilidade (condições cumulativas):

ENI (Empresário em Nome Individual) / Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) / Associação sem Fins Lucrativos e demais entidades da economia social, com exceção daquelas que se encontrem sujeitas a supervisão ao abrigo do Código das Associações Mutualistas (1)

- ✓ Domicílio ou sede em Portugal e exerça a sua atividade económica em Portugal;
- ✓ Situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, na aceção do Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- ✓ Situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, na aceção do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;
- ✓ A 1 de janeiro de 2021, não esteja em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto da instituição, ou estando, não cumpra o critério de materialidade

previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018 e não se encontre em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data esteja já em execução por qualquer uma das instituições;

(1) (...) *exceto aquelas que reúnam os requisitos previstos no artigo 136.º do Código das Associações Mutualistas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do n.º 1 e tenham domicílio ou sede em Portugal.*

Micro, Pequena ou Média Empresa (Assinalar com X):

- ✓ Sede em Portugal e exerça a sua atividade económica em Portugal;
- ✓ Classificado como microempresa, pequena ou média empresa de acordo com a Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003;
- ✓ Situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, na aceção do Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- ✓ Situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, na aceção do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;
- ✓ A 1 de janeiro de 2021, não esteja em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto da instituição, ou estando, não cumpra o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018 e não se encontre em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data esteja já em execução por qualquer uma das instituições.

Demais Empresas (excetuando as micro, pequenas ou médias empresas).

- ✓ Sede em Portugal e exerce a sua atividade económica em Portugal;
- ✓ Situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, na aceção do Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- ✓ Situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, na aceção do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;
- ✓ A 1 de janeiro de 2021, não esteja em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando, não cumpra o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018 e não se encontre em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data esteja já em execução por qualquer uma das instituições.

Operações de Crédito Elegíveis

Crédito a Empresas sob a forma de:

- ✓ Empréstimos de Médio Longo Prazo (mútuos)
- ✓ Crédito Protocolado
- ✓ Contas Correntes Caucionadas e "Overdrafts" Contratados
- ✓ Desconto de Letras
- ✓ Financiamento por Livrança
- ✓ Leasing
- ✓ Financiamentos à Importação e Exportação
- ✓ Financiamento de Impostos
- ✓ Factoring com Recurso
- ✓ Pagamento a Fornecedores
- ✓ Créditos Documentários de Importação
- ✓ Garantias Bancárias Emitidas

Créditos abrangidos pela Moratória

Podem aceder à moratória os contratos de crédito que, tenham sido contratados até 26 de março de 2020 (inclusive) e que em 1 de outubro de 2020, não se encontravam a beneficiar da mesma, independentemente de já terem ou não beneficiado em momento anterior, cumprindo as demais condições.

Benefícios da Moratória

Carência pelo período adicional de 9 meses (prazo máximo) para novas Adesões da seguinte forma:

- ✓ A partir de 1 de abril de 2021, a carência é exclusivamente de reembolso de capital;

Empresas cuja **atividade principal** esteja abrangida pela **lista de CAE's** constante na Nota Explicativa:

- ✓ Para além da carência de capital, beneficiam também da carência dos juros, comissões e outros encargos;
- ✓ Uma extensão automática do vencimento dos seus créditos, pelo período de 12 meses, que acresce ao período em que esses créditos foram diferidos por efeitos do presente regime.

Relativamente aos contratos de crédito que já estiveram abrangidos pela Moratória em momento anterior a 30 de setembro de 2020, este limite de nove meses aplica-se ao período total durante o qual o contrato de crédito beneficiou de Moratória.

Exemplo:

Um contrato de crédito que beneficiou da moratória pública entre 1 de abril e 31 de agosto de 2020 (cinco meses), caso venha a aceder novamente à moratória em 1 de fevereiro de 2021, apenas poderá manter-se ao abrigo deste regime até 31 de maio de 2021.

Este limite de nove meses não é aplicável aos contratos de crédito que já se encontravam abrangidos pela Moratória em 1 de outubro de 2020, os quais poderão, assim, continuar a beneficiar da mesma até ao termo do seu período de vigência.

As garantias associadas a estes contratos de crédito, serão automaticamente estendidas por período igual ao da prorrogação do prazo.

Cessação dos Efeitos da Moratória

Estas medidas de apoio cessam caso as Empresas beneficiárias efetuem:

- ✓ Distribuição de lucros, sob qualquer forma;
- ✓ O reembolso de créditos aos sócios, e
- ✓ A aquisição de ações ou quotas próprias, por parte das mesmas.

Cessação da Extensão adicional de 12 meses (nos casos em que se aplique)

A extensão automática do vencimento dos créditos, pelo período de 12 meses, que acresce ao período em que esses créditos foram diferidos por efeitos da Moratória, cessa imediatamente:

- ✓ Em caso de incumprimento, por parte da Empresa, de qualquer obrigação pecuniária perante qualquer instituição; ou
- ✓ b) Em caso de execução, por terceiro, de qualquer obrigação pecuniária da Empresa beneficiária ou em caso de arresto ou qualquer ato de apreensão judicial dos bens da referida Empresa.

Oposição ou Cancelamento do Período da Moratória

As Empresas podem a qualquer momento solicitar o fim dos efeitos da Moratória, devendo, para o efeito, comunicar essa intenção ao Banco no prazo mínimo de **30 dias** anteriores à data de produção de efeitos pretendida.

CAEs dos Sectores mais afetados pelo impacto económico da pandemia da doença COVID-19

CAE	Designação
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos.
46492	Comércio por grosso de livros, revistas e jornais.
47610	Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados.
47620	Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados.
47630	Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados.
491	Transporte interurbano de passageiros por caminho-de-ferro.
492	Transporte de mercadorias por caminho-de-ferro.
493	Outros transportes terrestres de passageiros.
494	Transportes rodoviários de mercadorias e atividades de mudanças.
50	Transportes por água.
51	Transportes aéreos.
55	Alojamento.
56	Restauração e similares.
581	Edição de livros, de jornais e de outras publicações.
59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música.
60	Atividades de rádio e de televisão.
639	Outras atividades dos serviços de informação.
731	Publicidade.
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.
771	Aluguer de veículos automóveis.
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas.
823	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares.
85	Educação.
86	Atividades de saúde humana.
87	Atividades de apoio social com alojamento.
88	Atividades de apoio social sem alojamento.
90	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias.
91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais.
93	Atividades desportivas, de diversão e recreativas.
94991	Associações culturais e recreativas.
96	Outras atividades de serviços pessoais.